



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NÁDIA SANTANA FELINTO**

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS FRENTE ÀS NOVAS  
EXIGÊNCIAS LEGAIS: UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA CIDADE  
DE SOUSA-PB**

**SOUSA - PB  
2010**

**NÁDIA SANTANA FELINTO**

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS FRENTE ÀS NOVAS  
EXIGÊNCIAS LEGAIS: UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA CIDADE  
DE SOUSA-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharela em  
Ciências Contábeis.**

**Orientador: Professor Me. Harlan de Azevedo Herculano.**

**SOUSA - PB  
2010**

**NÁDIA SANTANA FELINTO**

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS FRENTE AS NOVAS EXIGÊNCIAS LEGAIS:  
UMA EVIDENCIAÇÃO EMPÍRICA NA CIDADE DE SOUSA-PB**

Esta monografia foi tida como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada de forma final pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

---

**Orientador Prof<sup>o</sup> MS. Harlan de Azevedo Herculano**  
**Universidade Federal de Campina grande**

---

**Prof<sup>o</sup> MS. Islânia Andrade de Lira Delfino**  
**Universidade Federal de Campina grande**

---

**Prof<sup>o</sup> MS. Thaiseany de Freitas Rêgo**  
**Universidade Federal de Campina grande**

Monografia aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2010.

Dedico esta pesquisa aos meus pais e meu irmão, pelo apoio durante todos esses anos de estudos na universidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado forças de enfrentar todo esse tempo de estudo.

Agradeço a toda minha família pelo apoio.

E por todos os amigos que fiz durante a universidade, minhas amigas Mirna, Izabela, Aline, e em especial Paloma, pela enorme amizade que construímos e por ter me ajudado muito.

Agradeço ao Professor Fabiano por ter me incentivado e me ajudado a começar esta pesquisa. Ao meu orientador Harlan por ter me ajudado a continuar e finalizar este trabalho.

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram direto ou indiretamente a concretização de mais uma etapa da minha vida.

**"A vida é construída nos sonhos e concretizada no amor".**

**(Chico Xavier)**

## **RESUMO**

A contabilidade com as alterações na legislação societária Lei nº 11.638/07 e com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que reflete as mudanças que visam uma adequada comparabilidade com as normas internacionais de contabilidade, trouxeram outras motivações como o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, que constitui de uma forma geral a integração de cadastros e informações fiscais. O objetivo da pesquisa foi verificar a percepção dos contabilistas da cidade de Sousa-PB frente as novas exigências fiscais. A metodologia da pesquisa foi dedutiva através um estudo empírico e exploratório com o uso de questionários, o tratamento dos dados foi usado a estatística descritiva com a escala de Likert. Foi verificado que os profissionais procuram estar atualizados buscando novos conhecimentos para se adequarem a quebra de paradigma entre as informações fiscais e a contabilidade, mas por outro lado percebe-se que existe muitas imprecisões entre os modelos adotados e o cumprimento as novas exigências, essas mudanças fiscais refletem também com o SPED.

**Palavras chaves:** Contabilidade, Sistema de Informações Gerenciais, Escrituração Digital.

## **ABSTRACT**

Accountancy, with changes in corporate Law 11.638/07 and with the accounting pronouncements issued by Accounting Pronouncements Committee (CPC) that reflects the changes that seek a proper comparison with the international accounting standards, brought other motives such as SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, which is in general, the integration of records and tax information. The research objective was to assess the perception of accountants in Sousa-PB front of the new tax requirements. The research methodology was deductive through an empirical and exploratory study using questionnaires, and for the data processing it was used the descriptive statistics with Likert scale. It was verified that professionals look for being updated seeking new knowledge to adapt the paradigm crack between the tax and accounting information, but then it realizes that there are many inaccuracies between adopted models and the new requirements enforcement, these tax changes reflect also with the SPED.

**Keywords:** Accounting, Management Information System, Digital Books.

## LISTA DE SIGLAS

ABRASF	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS
AC	AUTORIDADE CERTIFICADORA
AR	AUTORIDADE DE REGISTRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CPC	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
CRC	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CT-e	CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO
DANFE	DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
ECD	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL
EFD	ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
ICP	INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS
IFRS	INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS
NF-e	NOTA FISCAL ELETRÔNICA
RFB	RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SEFAZ	SECRETARIA DA FAZENDA
SPED	SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Gênero	42
TABELA 2	Faixa Etária	43
TABELA 3	Formação profissional	44
TABELA 4	Tempo de atuação profissional	45
TABELA 5	Nível de satisfação profissional	45
TABELA 6	Mudanças ocorridas com o SPED	46
TABELA 7	Relevância dos cursos	47
TABELA 8	Importância das capacitações	48
TABELA 9	Compartilhamento de informações	49
TABELA 10	Incentivo na participação de cursos	49
TABELA 11	Vantagem na utilização do SPED	50
TABELA 12	Controle da arrecadação de impostos	51
TABELA 13	Possibilidade de sonegação e fraudes pelas empresas	52
TABELA 14	Abrangência do SPED	52
TABELA 15	Aumento das obrigações acessórias	53
TABELA 16	Atualização constante	54
TABELA 17	Busca por conhecimentos	55

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Gênero	42
GRÁFICO 2	Faixa Etária	43
GRÁFICO 3	Formação profissional	44
GRÁFICO 4	Tempo de atuação profissional	45
GRÁFICO 5	Nível de satisfação profissional	46
GRÁFICO 6	Mudanças ocorridas com o SPED	47
GRÁFICO 7	Relevância dos cursos	47
GRÁFICO 8	Importância das capacitações	48
GRÁFICO 9	Compartilhamento de informações	49
GRÁFICO 10	Incentivo na participação de cursos	50
GRÁFICO 11	Vantagem na utilização do SPED	50
GRÁFICO 12	Controle da arrecadação de impostos	51
GRÁFICO 13	Possibilidade de sonegação e fraudes pelas empresas	52
GRÁFICO 14	Abrangência do SPED	53
GRÁFICO 15	Aumento das obrigações acessórias	53
GRÁFICO 16	Atualização constante	54
GRÁFICO 17	Busca por conhecimentos	55

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Funcionamento da Nota Fiscal Eletrônica.....	31
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Tema e Problema .....	15
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo Geral .....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Metodologia.....	19
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 Atribuições do Contador.....	21
2.2 Informação Contábil.....	23
2.3 A tecnologia e os Sistemas de Informação .....	24
2.3.1 Tecnologia da informação .....	24
2.3.2 Sistema de Informação.....	25
2.4 Sistema Público de Escrituração Digital.....	26
2.4.1 Certificado Digital.....	28
2.5 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.....	30
2.6 Nota fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e.....	33
2.7 Escrituração Fiscal Digital – EFD.....	35
2.8 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.....	37
2.9 Escrituração Contábil Digital – ECD.....	38
2.10 Central de Balanços.....	39
2.11 E-Lalur .....	39
<b>3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>42</b>
3.1 Identificação do perfil sócio-econômico dos profissionais contábeis pesquisados.....	42
3.2 Análises do comportamento dos escritórios de contabilidade da cidade de Sousa-PB perante as novas exigências fiscais.....	46
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>60</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e Problema

A contabilidade com as alterações na legislação societária Lei nº 11.638/07 e com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que reflete as mudanças que visam uma adequada comparabilidade com as normas internacionais de contabilidade as IFRS.

Em paralelo a essas mudanças na legislação, foi lançado o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, instituído pelo Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e que, que atribui às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a atuação de forma integrada no compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Segundo o Decreto nº. 6.022/07 o SPED,

É instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (RFB, 2010)

Podemos destacar alguns benefícios na implantação do SPED como: Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias; Redução de custos administrativos; Melhoria da qualidade da informação; Aperfeiçoamento do combate à sonegação. (RFB, 2010)

Com a criação do SPED foi difundido também a Escrituração Contábil Digital - ECD, Escrituração Fiscal Digital - EFD e a Nota Fiscal Eletrônica NFe tendo como intuito buscar soluções conjuntas nas três esferas do Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade nas informações.

Na Escrituração Contábil Digital a partir do sistema de contabilidade da empresa, é gerado um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB nº 787/07.

A ECD substituirá aos poucos a atual sistemática de prestação de informações ao fisco e, de acordo com informações da Receita Federal, compreenderá a versão digital dos seguintes livros: Livro Diário e seus auxiliares se houver; Livro Razão e seus auxiliares se houver; Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos, de acordo com o Art. 2º da Instrução Normativa nº 787/07.

O Convenio ICMS 143/06 dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital,

Art 1º Em arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. O arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped.

A Nota Fiscal Eletrônica NF-e veio com o intuito de implementar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, que substitua a sistemática atual do documento fiscal em papel, com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo que permite um controle em tempo real das operações comerciais pelo Fisco. (Portal NF-e, 2010)

A MP 2.200-2 dispõe:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

O certificado digital é um documento eletrônico, assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, que associa uma entidade a uma chave pública. Contém os dados de seu titular, tais como: nome, e-mail, CPF, chave pública, nome e assinatura da autoridade certificadora que o emitiu<sup>1</sup>.

Neste contexto percebe-se que a união da contabilidade com a tecnologia de informação pode permitir novas características às transações econômicas e financeiras das empresas, possibilitando a utilização de documento eletrônico que oferece mais rapidez e segurança das informações.

---

<sup>1</sup> [www.nfedobrasil.com.br/.../index.php?...Certificado\\_Digital](http://www.nfedobrasil.com.br/.../index.php?...Certificado_Digital): Acesso em 03 mar 2010

A evolução da tecnologia da informação vem ocasionando mudanças na profissão Contábil, oferecendo melhorias e qualidade de trabalho, com isso a Contabilidade depara-se com uma nova realidade proporcionada pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

É essencial que o contador esteja presente e tenha conhecimento profundo de planejamento estratégico, pois o setor contábil vive hoje a era digital e os que não se adaptarem a esse novo cenário serão engolidos. (BORGES e MIRANDA (2009 P. 1) apud ACALZAR, 2009.

Isso requer que os contabilistas acompanhem essas mudanças, podendo procurar assim treinamentos e cursos de reciclagem profissional. Dessa forma, define-se o seguinte questionamento: **Como os contabilistas da cidade de Sousa-PB encaram as novas exigências fiscais?**

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Investigar a percepção dos contabilistas da cidade de Sousa-PB frente as novas exigências fiscais.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os contabilistas que possuem escritórios de contabilidade ativos no município de Sousa-PB;
- Verificar quais os meios que os profissionais buscam para adquirir novos conhecimentos;
- Pesquisar quais as vantagens e desvantagens observadas com o cumprimento das novas exigências fiscais.

### 1.3 Justificativa

Desde o Decreto-Lei nº. 9.295/46 quando foi criado o Conselho Federal de Contabilidade, determinando as atribuições do Contabilista e do Guarda Livros, até os dias atuais, grandes mudanças ocorreram dentro da profissão contábil,

Na década de 60 o Contabilista era chamado de “guarda livros”, com o passar dos anos essa denominação foi desaparecendo, pois os constantes avanços da tecnologia e o próprio desenvolvimento da profissão trouxeram novas perspectiva de atuação dentro do mercado de trabalho.

A contabilidade tem como principal finalidade fornecer informações patrimoniais, econômica e financeira, visando auxiliar no processo decisório dos mais diversos usuários, tanto por parte dos administradores ou proprietários, quanto por parte dos investidores.

Com o passar do tempo, o Governo começou a utilizar-se da informação contábil para auxiliar na arrecadação de impostos, tornando-a obrigatória e interferindo nas suas formas de evidenciação e mensuração, criando uma espécie de subordinação como comenta Borges e Miranda (2009), *apud* Alcazar (2009), ao dizer que a “Nossa profissão ficou relegada ao cumprimento de tarefas para atender à demanda do governo em relação ao contribuinte”

Com o avanço tecnológico e a disponibilidade de ferramentas de processamento contábil, o contabilista passa a ter seu foco expandido, tanto nos aspectos gerenciais como financeiro, contribuindo para a geração de valor econômico que é de vital importância para garantir os bons resultados das organizações.

O fato é que o Brasil vem passando por transformações, tanto na área econômica, tecnológica e social, isso fez com que a Contabilidade acompanhe essa evolução para que na área de atuação, possa aprimorar suas relações sociais, contribuindo com desenvolvimento e continuidade das empresas.

## **1.4 Metodologia**

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, com descrição e análise das questões desenvolvidas no trabalho, portanto esta pesquisa é considerada como bibliográfica, com desenvolvimento feito através de conteúdos de materiais já publicados.

Segundo Silva (2006, p. 54) a pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc.

O presente estudo caracteriza-se também como uma pesquisa exploratória, pois será realizada através de coleta de dados. Lopes (2006, p. 226) comenta que na realização desta pesquisa utiliza-se pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas que não sejam padronizadas e estudos de caso, objetivando ter uma visão geral e aproximada do assunto em estudo.

### **1.4.1 Quanto ao Universo**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo, onde segundo Lopes (2006, p. 215), é uma pesquisa em que se realiza uma coleta dados através de entrevistas, e/ou questionários, observação, in loco, para análise de resultados posteriores.

A pesquisa buscou identificar quantos contabilistas estão atuando na cidade de Sousa, através da informação fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC tem-se um universo de estudo 46 (quarenta e seis) contabilistas.

Para realização da pesquisa foi aplicado um questionário no UNICONTS (União dos Contadores de Sousa-PB) onde se tem uma amostra de 18 (dezoito) contabilistas associados, sendo que apenas 12 (doze), participaram da pesquisa, a amostra abrangida por este estudo um percentual de 67% dos profissionais contábeis que participam dessa associação.

### **1.4.2 Procedimento de coleta de dados**

Para realização da pesquisa foi aplicado um questionário contendo 17 questões, com perguntas objetivas, sendo dessas 5 (cinco) de caráter socioeconômico para se avaliar o perfil dos respondentes, e 12 (doze) visando verificar o conhecimento do assunto, como também saber a opinião sobre a temática por parte dos profissionais contábeis da cidade de Sousa.

Usando a escala de Likert que de acordo com Martins (2006, p. 41) consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação, escolhendo um dos cinco pontos da escala. Cada questão com 5 (cinco) alternativas, numa escala de um a cinco sendo 1 discordo totalmente, 2 discordo, 3 nem concordo nem discordo, 4 concordo e 5 concordo totalmente.

O instrumento de pesquisa foi aplicado com os contabilistas entre os dias 7 e 16 de outubro na reunião que é realizada semanalmente no UNICONTS.

### **1.4.3 Apresentação e interpretação de dados**

Para o tratamento dos dados e apuração dos resultados obtidos, será uma análise descritiva, verificadas com a utilização de tabelas e gráficos, com o auxílio do Microsoft Office Excel 2007.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Atribuições do Contador

A profissão contábil foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 9.295, de 27/05/1946, que definiu em seu Art. 25, as atribuições do contabilista, criando o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC.

Com isso o profissional contábil passou a ter um campo de atuação amplo, pois é imprescindível a qualquer empresa os seus serviços, seja integrando o quadro de funcionários ou através da contratação de serviços.

Portanto para o profissional da Contabilidade o mercado de trabalho oferece ótimas oportunidades, desde que ele preencha os requisitos mínimos como experiência, versatilidade e acima de tudo, vontade de buscar o seu progresso profissional.

De acordo com Nóbrega (2001, p. 240) *apud* Franco, (1997, p. 19):

A contabilidade representa um conjunto de conhecimentos sistematizados, como princípios e normas próprias, ela é na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas (...) sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

Dentro desse contexto percebe-se que o profissional, possui elementos necessários para a tomada de decisões, e como as informações ganharam uma velocidade muito grande com o aperfeiçoamento da tecnologia, é preciso que a Profissão Contábil acompanhe as mudanças e se adéque à nova realidade de mercado. Pois só o conhecimento técnico sobre contabilidade não é o bastante, para permanecer no mercado de trabalho.

Segundo Iudicibus e Marion (2002) “o Profissional contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado e objetivos claros de onde ele quer chegar”.

Percebemos então que o profissional contábil entra num período, mais modernizado, dinâmico, inovador e exigente. Assim os profissionais da Contabilidade têm a responsabilidade de buscar pela utilidade da informação contábil e todo o trabalho de atender aos diferentes usuários desta informação.

Moura e Silva (p.3) *apud* Silva (2003, p. 3) destaca que:

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais a tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial.

Com o mercado globalizado e muito competitivo, exige-se da contabilidade não apenas a organização de documentos e mensuração de dados, mas que forneça informações confiáveis orientando adequadamente aos usuários no processo de tomada de decisão.

E por estarmos na era da informação pela rapidez que as mudanças ocorrem, é importante que o profissional contábil obtenha conhecimentos necessários para enfrentar a concorrência.

Nóbrega (2001, p. 241) *apud* Figueiredo & Caggiano, (1997, p. 24) observa que:

A contabilidade moderna tem-se caracterizado como uma das ferramentas mais úteis aos administradores na otimização do processo de tomada de decisão. Como um sistema de informações e mensuração de eventos que afetam a tomada de decisão, possibilita que, partindo do conhecimento de fatos passados, procedimentos futuros sejam delineados de forma que esta otimização seja senão alcançada totalmente, buscada com maior segurança.

Com a contabilidade sendo uma ciência social sofre influências do meio onde atua e deve ser adaptada as mudanças sociais, políticas e econômicas, sem afetar sua finalidade de atender bem a todos os vários usuários da informação contábil.

Moura e Silva (p.6) destacam:

Por muito tempo o profissional da contabilidade foi visto e ainda continua sendo pelos microempresários como um funcionário indireto do fisco e do governo, incumbido de cálculos e preenchimento de guias e formulários. Dentro da nova tendência mundial de internacionalização de comércio, serviços e, sobretudo, mão-de-obra e tecnologia, o contador tem a obrigação de mostrar a sociedade como um todo, que tudo isso foi e continua sendo a maior injustiça praticada contra a profissão e o profissional da contabilidade.

Percebe-se que o profissional tem o compromisso de divulgar o quanto às informações proporcionadas pela contabilidade são importantes, para as empresas e a sociedade em geral, e que é através dessas informações, tem-se a chance de dar nossa contribuição para o desenvolvimento social.

Como também é importante que o profissional contábil procure sempre capacitações, para que assim possa se manter no mercado competitivo, com vasto conhecimento para atender as exigências que lhe são impostas.

## 2.2 Informação Contábil

As organizações têm adotado cada vez mais a informação como fonte de garantia do sucesso empresarial, utilizando os conhecimentos contábeis e financeiros. Podemos então perceber a importância da informação contábil, no aspecto de garantir um melhor emprego de recursos, auxiliando a tomada de decisão desses gestores.

De acordo com Nunes e Freitas (2004, p. 4) *apud* Fortes (2001:52) "Ainda não foi inventado um sistema de registro, controle e análise patrimonial para a gestão do patrimônio das entidades que seja mais eficiente do que a contabilidade".

Yamamoto e Salotti (2006, p. 5) destacam:

A informação contábil pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento do seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, a utiliza na solução de problemas, sendo a natureza da informação contábil, entre outras, econômico-financeira, física e de produtividade. Assim, a informação contábil tem como consequência a ratificação ou alteração da opinião de seus usuários a respeito das atividades da empresa.

A Contabilidade deve ser um instrumento de informação, decisão e controle, fornecendo informações capazes de atender diretamente os objetivos dos usuários, fornecendo de forma adequada informação correta e útil.

E a informação junto com a contabilidade é um dos recursos mais importantes de uma empresa, contribuindo decisivamente em meio à competitividade, e com um aumento da concorrência tornou-se essencial para melhorar a capacidade de decisão.

Segundo Yamamoto e Salotti (2006 p. 5) *apud* Ludicibus (2000, p.77):

A confiabilidade é das qualidades que fazem com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize no seu processo decisório. Para que uma informação seja confiável, é necessário, além da sua integridade, que seja baseada nos Princípios Fundamentais da Contabilidade e nos preceitos da doutrina contábil.

Para quem utiliza as informações é de grande importância, que sejam confiáveis, compreensíveis e relevantes, pois auxiliam a tomada de decisão, e contribui para o andamento das atividades da empresa e naturalmente no alcance das metas propostas. O valor da informação está diretamente relacionado com a maneira como ela auxilia na tomada de decisão a alcançarem os objetivos previstos para a empresa.

## **2.3A Tecnologia e os Sistemas de Informação**

### **2.3.1 Tecnologia da Informação**

A Tecnologia da Informação são recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação, que junto com o sistema de informações conseguem transformar os dados em informações que ajudará na tomada de decisões.

Laudon, K. J., 2007, p.9, definem tecnologia de informação:

Entenda-se todo software e todo hardware de que uma empresa necessita para atingir seus objetivos organizacionais. Isso inclui não apenas computadores, disk drives, assistentes digitais pessoais, mas também software, com os que normalmente podem ser encontrados em uma grande empresa.

Por isso a contabilidade vem sofrendo os impactos das novas tecnologias, modificando os processos contábeis, como também as novas maneiras dos usuários das informações coletarem e analisarem a informação contábil.

Borges e Miranda (2009, p. 1) *apud* Beal (2000) comentam:

O principal benefício que a tecnologia da informação traz para as organizações é sua capacidade de melhorar a qualidade e a disponibilidade de informações e conhecimentos importantes para a empresa, seus clientes e fornecedores.

Percebemos que a tecnologia da informação, não afeta apenas a produção de bens e serviços, mas todo o processo de estrutura, o comportamento e o gerenciamento das empresas. A contabilidade junto com a tecnologia de informação pode permitir novas características nas transações econômicas e financeiras das empresas, possibilitando a utilização de documento eletrônico que oferece mais rapidez e agilidade das informações.

### 2.3.2 Sistemas de Informação

O Sistema de informação é o elemento que auxilia o contador para solidificar a contabilidade, onde a informação contábil dentro da organização passa a ser utilizada de forma eficiente, pois é o processamento dos dados onde se transforma em informações úteis, para o processo de decisão dentro da organização.

Segundo Pinto (2003 p. 03) "Em um mercado global sobrecarregado de dados que percorre o mundo em milésimos de segundos, a necessidade de transformá-los em informações e estas em inteligência prática tem sido cada vez maior".

Os Sistemas de informação são como aplicativos onde se organiza os dados da empresa e transformam em informações. A tecnologia da informação tem o papel de auxiliar as empresas que desejam continuar num mercado altamente competitivo proporcionando o acesso de informações como um instrumento eficiente de gestão empresarial para a tomada de decisões, e tendo um controle de todas as ações dentro da empresa.

Silva, Correia, Zuniga (2003, p. 30) *apud* Gil (1999, p.14) expressa que os "Sistemas de informações compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica, para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações."

(LAUDON, K. J., 2007, p.9) destacam também

Um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam, e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação, e o controle de uma organização.

Os sistemas de informação contêm informações sobre pessoas, locais e itens significativos para a organização ou para o ambiente que a cerca.

Com o avanço das novas tecnologias nos deparamos com problemas cada vez mais complexos para o exercício da profissão contábil. Todas essas mudanças estão sendo impulsionadas pela informática. As empresas necessitam cada vez mais de um bom sistema de informações contábeis para a aplicação de técnicas inteligentes na tomada de decisão. Os avanços exigem mais dos sistemas contábeis e não simplesmente aqueles com a finalidade de realizar processamento de transações.

Segundo Oliveira; Muller; Nakamura, (2000, p.2):

A contabilidade, como sistema de informações, caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas nas organizações, constituindo-se num grande "banco de dados". Seus dados são úteis à administração, além de representarem um instrumento gerencial eficaz para o processo decisório e de controladoria.

É importante que os contadores junto com os gestores, possam se unir para obterem resultados eficazes, pois a contabilidade, vista como sistema dentro do ambiente organizacional, pode contribuir nas decisões e no processo gerencial das organizações.

#### **2.4 Sistema Público de Escrituração Digital**

Com a evolução tecnológica e com o crescimento das operações pelas empresas, tanto a fiscalização como também as empresas tiveram que entrar na era digital. Podemos dizer que outro fator para que essas mudanças ocorram, é o conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações empresariais em formato eletrônico.

O Sistema Público de Escrituração Digital, instituído pelo Decreto 6.022/07, trata-se de um recurso tecnológico que substitui os livros e documentos contábeis em papel por arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado.

O SPED é composto pelos subprojetos: Escrituração Contábil Digital – ECD; Escrituração Fiscal Digital – EFD; Nota Fiscal Eletrônica – NF-e; Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e; Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e; E-Lalur; Central de Balanços. O que representa a ação integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal

Opera como parte do projeto de atualização da sistemática atual, obrigando contabilistas e empresários a transmitirem suas obrigações acessórias aos órgãos fiscalizadores por meio de Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Com isso, o sistema une de forma digital as administrações tributárias das esferas do governo federal, estadual e municipal.

Esse sistema tem como base os seguintes objetivos:

- Promover a integração dos fiscos - mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.

A uniformização de obrigações passa a ser necessária não apenas ao governo, mas também aos contribuintes, porque com o compartilhamento da informação, facilitará de um lado a geração de obrigações pelos contribuintes e de outro o acesso das informações entre os diversos órgãos envolvidos no projeto. Azevedo e Mariano (2009, p. 39)

- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes - com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.

O SPED propiciará a entrega única do que hoje é realizado em varias obrigações acessórias, centralizando em um banco de dados único, que pode ser acessado pelo Fisco interessado, observado o sigilo garantido na Constituição Federal. Azevedo e Mariano (2009 p. 39)

- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários - com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

No momento que a fiscalização passa a ter as informações das varias empresas do Brasil em bancos de dados único com leiautes estruturados, torna-se possível o cruzamento das informações entregues pelos vários contribuintes de forma mais rápida. Azevedo e Mariano (2009, p. 40)

Mesmo com toda e revolução tecnológica causada pelo SPED podemos destacar algumas desvantagens desse projeto:

- Bloqueio de emissão de NF pela Receita caso ocorra algum litígio de impostos estaduais e municipais ou simplesmente por erro de preenchimento;
- Cadeias de negócios podem ficar paralisadas em caso de pane no sistema, gerando apagões tributários;
- Risco de Hackers invadirem os sistemas e ocorrer uma tentativa de violação de sigilo fiscal;
- Aumentará o custo de conformidade para implantar o novo sistema;
- Complexidade para operacionalizar;
- Custos com treinamento;

- Custos com implantação.

### 2.4.1 Certificado Digital

O acesso a internet permite que todas as transações feitas por pessoas, de todos os segmentos sejam realizadas de forma rápida e breve, por isso tem-se possibilidade fechar negócios, emitir ou receber documentos, acessar ou disponibilizar informações sigilosas, economizar dinheiro evitando processos burocráticos, entre outros.

Só que a internet também pode ser usada por fraudadores, então as operações feitas por vias eletrônicas precisam de confiabilidade e segurança, e com o certificado digital isso é possível.

Segundo Azevedo e Mariano (2009, p. 47):

A certificação digital pode ser definida como sendo a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na internet. Ou, de maneira mais simples, é a forma de identificar a autoria nas operações via internet.

Com isso a tecnologia de identificação do Certificado digital permite que as transações eletrônicas sejam feitas com integridade, autenticidade e confiança, evitando assim que ocorram falsificações e fraudes.

Azevedo e Mariano (2009, p. 53) destacam também:

O certificado digital é obtido de uma Autoridade Certificadora (AC) e contém o nome do titular (pessoa física ou jurídica), o número de série, a data da sua validade, a chave pública do titular e a assinatura (eletrônica) da Autoridade Certificadora, que garante o próprio certificado.

Por conseguinte o certificado normalmente inclui: Informações referentes à entidade para a qual o certificado foi emitido (nome, email, CPF, / CNPJ, PIS etc), a chave pública referente à chave privada de posse da entidade especificada no certificado, o período de validade, a localização do "centro de revogação" (uma URL para download da CRL, ou local para uma consulta OCSP); a(s) assinatura(s) da(s) AC/entidade(s) que afirma(m) que a chave pública contida naquele certificado confere com as informações contidas no mesmo.

Segundo Young (2009) os principais requisitos de segurança oferecidos por uma assinatura eletrônica são:

Confidencialidade: garantia de que somente as pessoas envolvidas no processo terão acesso às informações transmitidas de forma eletrônica pela rede.

Integridade: garantia de que o conteúdo de uma mensagem ou resultado de uma consulta não será alterado durante seu tráfego.

Autenticação: garantia de identificação das pessoas ou entidades envolvidas na comunicação.

Não repúdio: garantia de que o emissor de uma mensagem ou pessoa que executou determinada transação de forma eletrônica não poderá posteriormente negar sua autoria.

A ICP – Brasil foi criada a partir da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.10.2001, é um conjunto de entidades prestadoras de serviços ordenadas em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas por um Comitê Gestor. A ICP-Brasil, cuja organização será definida em regulamento, será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras compostas pela Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras - AC e pelas Autoridades de Registro - AR.

Nesse sentido a assinatura digital é um mecanismo eletrônico que faz uso de criptografia, mais precisamente, de chaves criptográficas. Segundo Pasa (2001, p. 76) Criptografia (kriptós = escondido, oculto; grápho = grafia): é a arte ou ciência de escrever em cifra ou em código, de forma a permitir normalmente que apenas um destinatário a decifre e a compreenda.

Laudon, K. J., (2007, p.230) comentam que:

Assinatura digital é uma mensagem criptografada que somente o remetente pode criar por meio de sua chave privada. A assinatura digital é usada para verificar as origens e o conteúdo de uma mensagem. Proporciona um meio de associar uma mensagem a seu remetente, executando função semelhante à de uma assinatura escrita.

Deste modo assinatura digital é uma forma eficaz de garantir autoria de documentos eletrônicos durante qualquer transação eletrônica. Previne que alguém possa alterar o conteúdo da informação, mantendo os dados do verdadeiro emissor do conteúdo. Qualquer mudança na informação, será detectada quando essa assinatura digital for verificada.

Pasa (2001, p. 76) expressa:

Para que se possa assegurar que o conteúdo original não seja adulterado, bem como identificar a procedência do documento eletrônico, o mesmo deverá ser digitalmente assinado. Contudo, somente serão verdadeiras essas afirmações, desde que a assinatura digital: seja única e exclusiva para o documento assinado; seja passível de verificação; seja gerada sob controle exclusivo do signatário; esteja de tal modo ligada ao documento

eletrônico que, em caso de posterior alteração deste, a assinatura seja invalidada; e não tenha sido gerada posteriormente à expiração, revogação ou suspensão das chaves.

A autenticação de um documento eletrônico se dá através da verificação da assinatura digital no documento, que processo eletrônico por meio do qual o receptor de uma mensagem eletrônica pode se garantir da identidade do remetente como também da integridade da mensagem.

## **2.5 Nota Fiscal Eletrônica**

A Nota Fiscal Eletrônica foi o primeiro dos projetos de integração tributária, que para os contribuintes significaria redução de custos, levando em consideração a eliminação do trabalho de armazenagem de notas fiscais em papel, a impressão e o envio de documentos e obrigações acessórias, ou mesmo com a redigitação das informações das notas fiscais, para o governo possibilitaria o compartilhamento, a troca de informações entre os fiscos, além de auditorias eletrônicas e cruzamento dessas informações.

A exigência para emissão da nota fiscal eletrônica, a partir da Receita Federal, dá para ter acesso integral a todas as informações que envolvem negócios e transações comerciais no País. É um documento digital, emitido eletronicamente onde ficará armazenado na empresa, e na Sefaz (Secretaria da Fazenda).

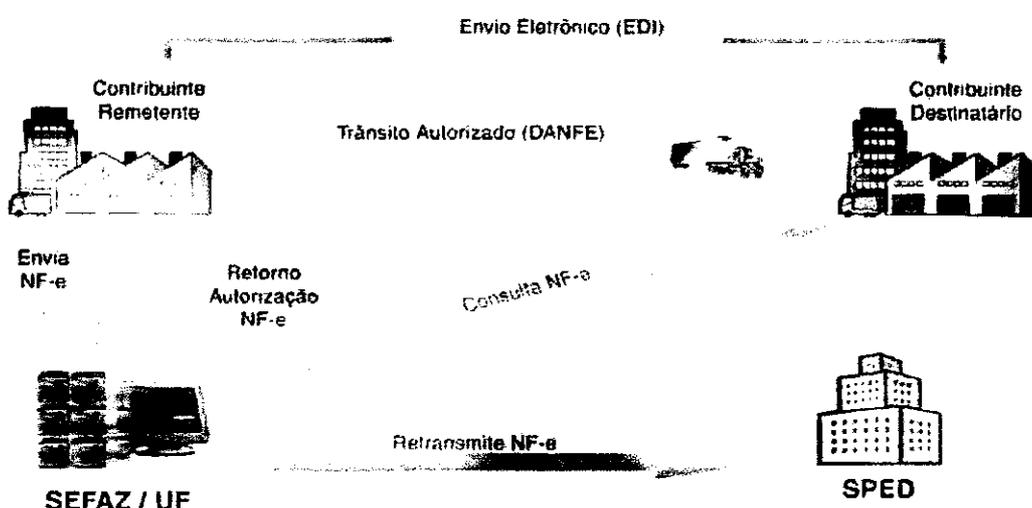
No processo de reconhecimento da nota fiscal eletrônica será exigida a certificação digital, que é a assinatura digital da empresa. O único documento físico da NF-e será uma Danfe, que é um espelho da nota e que precisa ser usado no transporte de mercadorias permitindo a identificação da NF-e através de um código de barras impresso, assim nos postos, através de um leitor, o fiscal acessa a NF-e e libera rapidamente o caminhão com a mercadoria.

O protocolo do ICMS nº 10/2007, passou a obrigar a partir de 2008 a emissão de NF-e para todas as operações das empresas, cujos segmentos estavam relacionadas, independentemente do porte da empresa. Porém, para determinação se a empresa está ou não na obrigatoriedade não importa se ela possui o CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica) principal ou secundário com a atividade, mas sim se pratica ou praticou nos últimos (doze) 12 meses alguma atividade relacionada no protocolo. Azevedo e Mariano (2009, p.77)

Para Habilitação do contribuinte como emissor de NF-e, o contribuinte solicita seu cadastramento como emissor de NF-e junto à Secretaria da Fazenda. Após a solicitação, a Sefaz realizará a análise eletrônica do pedido, efetuando críticas referentes à situação cadastral/econômico-fiscal e pagamentos realizados pelo contribuinte, os critérios são próprios e definidos por cada um dos estados.

Em seguida deverá iniciar o envio de notas fiscais eletrônicas, em ambiente de testes, para homologação do seu sistema. Após a fase dos testes, o contribuinte receberá um código de habilitação para emitir NF-e, podendo, a partir deste instante, iniciar a transmissão de suas NF-e para a Secretaria da Fazenda.

O Processamento da Nf-e Azevedo e Mariano (2009, p.88) explicam de forma simplificada:



**Figura 1 - Funcionamento da NF-e**  
**Fonte: adaptada de Duarte (2009, p.73)**

- A empresa emissora de NF-e gera um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial e o assina digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.
- O arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será transmitido pela internet para a Secretaria da Fazenda de Jurisdição do contribuinte;
- A Sefaz recebe o arquivo e devolve um protocolo de recebimento;
- A Sefaz faz uma pré-validação do arquivo verificando a validade da assinatura digital, a consistência do esquema XML, se emitente está regular perante o Fisco e se não há duplicidade de número e série do documento fiscal;

- e) Autorizado o uso da NF-e, a Sefaz devolverá um protocolo de autorização de Uso, sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria;
- f) A Sefaz enviará o arquivo à Secretaria Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional).
- g) A Receita Federal no caso de operação interestadual enviará para a secretaria de Fazenda de destino da operação e Suframa, no caso de mercadorias destinadas às áreas incentivadas;
- h) Com a autorização de uso, a mercadoria pode ser transportada para o destino, circulando com a Danfe (Documento Auxiliar da Nota fiscal Eletrônica);
- i) Recebida a mercadoria, o destinatário deve escriturar a NF-e conforme arquivo enviado pelo emitente ou pela Danfe, se o destinatário não estiver obrigado a emitir 100% de NF-e

O Cancelamento e alteração da NF-e pode ser feita se a mercadoria não foi circulada, o remetente poderá cancelar a NF-e através de pedido de cancelamento eletrônico.

Cláusula décima segunda Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da respectiva mercadoria e prestação de serviço, observadas as demais normas da legislação pertinente. Ajuste SINIEF 04/2006.

Lima e Nascimento (2008) destacam algumas vantagens e desvantagens da NF-e:

#### VANTAGENS EMPRESAS

- ✓ Redução de custos de impressão, aquisição de papel, envio de documento fiscal, armazenagem de documentos fiscais.
- ✓ Eliminação de digitação de notas fiscais.
- ✓ Redução de erros de escrituração.
- ✓ Simplificação de obrigações acessórias, dispensa de AIDF.

#### FISCO

- ✓ Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal.
- ✓ Melhoria no processo de controle fiscal.

- ✓ Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização.
- ✓ Inibição de atos ilícitos fiscais.

#### DESVANTAGENS

- ✓ Gastos com impressão do DANFE.
- ✓ Investimentos com equipamentos de informática para adaptação do sistema.
- ✓ Não há agilidade no processo de escrituração do DANFE.
- ✓ Retorno financeiro será possível a longo prazo.
- ✓ O tempo de emissão da NF-e não é menor do que o tempo gasto com a nota em papel
- ✓ Falta de estrutura de *hardware*, comunicação e *software* por parte do Fisco.

### 2.6 Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

O Projeto Nota Fiscal de Serviços Eletrônica está sendo desenvolvido de forma integrada, pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrarf), atendendo o Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e.

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços. A obrigatoriedade será conforme a legislação do município.

Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e - o documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços. Este documento vem substituir as Notas Fiscais Convencionais (impressas em papel), autorizadas pelo Município e confeccionadas em gráfica. Duarte (2009, p. 112).

A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é feita, automaticamente, por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes. Para que sua geração seja efetuada, dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o documento. A responsabilidade pelo cumprimento da obrigação acessória de emissão da NFS-e e pelo correto fornecimento dos dados à secretaria, para a geração da mesma, é do contribuinte.

O Recibo Provisório de Serviços é o documento que deverá ser usado por emitentes da NFS-e no eventual impedimento da emissão "online" da NFS-e. Também poderá ser utilizado pelos prestadores sujeitos à emissão de grande quantidade de NFS-e (ex. estacionamento). Neste caso o prestador emitirá o RPS para cada transação e providenciará sua conversão em NFS-e mediante o envio de arquivos (processamento em lote) (DUARTE, 2009, p.115).

No intuito de prover uma solução de contingência para o contribuinte, foi criado o Recibo Provisório de Serviços (RPS), que é um documento de posse e responsabilidade do contribuinte, que deverá ser gerado manualmente ou por alguma aplicação local, possuindo uma numeração seqüencial crescente e devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal.

O Valor do ISS é definido de acordo com a Natureza da Operação, a Opção pelo Simples Nacional, o Regime Especial de Tributação e o ISS Retido, e será sempre calculado, exceto nos seguintes casos: A Natureza da Operação for Tributação no Município; Exigibilidade suspensa por decisão judicial ou Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo e o Regime Especial de Tributação for Microempresa Municipal; Estimativa ou Sociedade de profissionais.

- A Natureza da Operação for Tributação fora do Município, nesse caso os campos Alíquota de Serviço e Valor do ISS ficarão abertos para o prestador indicar os valores.
- A Natureza da Operação for Imune ou Isenta, nesses casos o ISS será calculado com alíquota zero.
- O contribuinte for optante pelo Simples Nacional e não tiver o ISS retido na fonte.

A alíquota do ISS é definida pela legislação municipal. Quando a NFS-e é tributada fora do município em que está sendo emitida, a alíquota será informada pelo contribuinte.

## **2.7 Escrituração Fiscal Digital**

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped.

A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato Cotepe, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED.

Como pré-requisito para a instalação do PVA é necessária a instalação da máquina virtual do Java. Após a importação, o arquivo poderá ser visualizado pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema.

Azevedo e Mariano (2009, p. 163) destacam as principais características da EFD:

- Arquivo formato texto;
- Arquivo com organização hierárquica, ou seja, alguns Registros são preenchidos como complemento de informações de outros Registros;
- Necessidade de utilização de certificação digital, para envio das informações;
- Os arquivos digitais não são separados em entradas e saídas como os livros fiscais por processamento de dados, mas por blocos de informações, onde, por exemplo, no Bloco C informamos todas as operações com mercadorias;
- Criação de perfil de contribuinte para determinar o tipo de informação a ser prestada, que pode detalhada ou resumida com relação às operações com consumidor final;
- Escrituração individualizada por item de mercadorias;
- Escrituração detalhada dos tributos (ICMS, IPI, PIS e Cofins);
- Utilização de códigos para designação de informações, como por exemplo: código do IBGE, para informar o Município, código do Banco Central, para informar o país.

- Envio da escrituração fiscal mensalmente a fiscalização;
- As informações ficam na base de dados do Sepro (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- Possibilidade de cruzamento com as informações contábeis e com a NF-e;
- Informar o documento de arrecadação e o número da autenticação (não obrigatório)

O Convênio ICMS 143/06, alterado pelo Convênio ICMS 123/07, prevê que a EFD é de uso obrigatório, a partir de 01.01.2009, para todos os contribuintes do ICMS ou do IPI, podendo os mesmos serem dispensados dessa obrigação, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

De acordo com o Ajuste SINIEF 03\2010 o contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do:

I - Livro Registro de Entradas;

II - Livro Registro de Saídas;

III - Livro Registro de Inventário;

IV - Livro Registro de Apuração do IPI;

V - Livro Registro de Apuração do ICMS;

VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP - modelos "C" ou "D".

Segundo Azevedo e Mariano (2009, p.162) A entrega da EFD será feita em ambiente específico, com todas as informações solicitadas, sendo distribuídas as respectivas UFs:

- O contribuinte gera o arquivo em formato texto, dentro do leiaute da EFD, utilizando programa de computador de responsabilidade do contribuinte, programa próprio ou adquirido de terceiros
- Para fazer a EFD, o contribuinte pode importar o arquivo gerado, validar e conferir o seu conteúdo.

- Enquanto houve erro, não será possível a transmissão; por isso, novo arquivo da EFD em formato texto deve ser elaborado, após a correção da base de dados que lhe deu origem e realizar novamente o processo de importação\validação.
- Se não houver erros no arquivo digital, o representante legal do contribuinte deve assiná-lo utilizando o certificado digital padrão ICP-Brasil e fazer a transmissão para o ambiente da Receita Federal do Brasil – RFB, que devolverá recibo identificador da EFD com a data e hora da transmissão.
- Na transmissão da EFD, é possível a utilização de certificado digital de procurador do contribuinte; porém, a procuração deverá estar registrada no site <<https://cav.receita.fazenda.gov.br/scripts/CAV/login.asp>> e dentro do prazo de validade.
- O SEPD, após fornecer o recibo ao contribuinte, fará a transmissão da EFD para unidade de Federação de onde for o contribuinte.

## 2.8 Conhecimento de Transporte Eletrônico

Instituído pelo Ajuste SINIEF 09\07, o Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e) é o novo modelo de documento fiscal eletrônico, que poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

CT-e, modelo 57, que poderá ser utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição aos seguintes documentos:

I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;

II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;

III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;

IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;

VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

O CT-e também poderá ser utilizado como documento fiscal eletrônico no transporte dutoviário e, futuramente, nos transportes Multimodais.

Podemos conceituar o CT-e como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.<sup>2</sup>

O Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2006, de 10/11/2006, que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto CT-e.

## **2.9 Escrituração Contábil Digital**

É a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital - ECD, também chamada de SPED-Contábil. Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007, estão obrigadas a adotar a ECD em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009) em relação aos fatos contábeis desde 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

Azevedo e Mariano (2009, p.233)

A escrituração dos livros contábeis pode ser realizada por meio Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (computador) (PN CST nº 11/1985 e artigo 255 do RIR/1999).

Após o processamento, em folhas contínuas e numeradas, devem ser imprimidas, destacadas e encadernadas em forma de livro. Este livro também deverá conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetido à autenticação, quando exigível.

Para as demais sociedades empresárias a ECD é facultativa, as sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional <sup>2</sup> estão dispensadas desta obrigação.

---

<sup>2</sup> <http://www1.receita.fazenda.gov.br/cte/default.htm> Acesso em: 15 ago 2010

A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB nº 787/07 (disponível no menu Legislação). Devido às peculiaridades das diversas legislações que tratam da matéria, este arquivo pode ser tratado pelos sinônimos: Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital – ECD, ou Escrituração Contábil em forma eletrônica.

A ECD mantém a escrituração contábil eletrônica da mesma forma como já estava sendo feito pelas sociedades empresárias o que foi acrescentado é a obrigatoriedade de enviar essa escrituração para a Receita Federal do Brasil.

## **2.10 Central de Balanços**

A Central de Balanços brasileira é um projeto integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), em fase inicial de desenvolvimento, que deverá reunir demonstrativos contábeis e uma série de informações econômico-financeiras públicas das empresas envolvidas no projeto.

As informações coletadas serão mantidas em um repositório e publicadas em diversos níveis de agregação. Esses dados serão utilizados para geração de estatísticas, análises nacionais e internacionais (por setor econômico, forma jurídica e porte das empresas), análises de risco creditício e estudos econômicos, contábeis e financeiros, dentre outros usos.

A Central tem como objetivo a captação de dados contábeis e financeiros (notadamente as demonstrações contábeis), a agregação desses dados e a disponibilização à sociedade, em meio magnético, dos dados originais e agregados.<sup>3</sup>

## **2.11 E-Lalur**

O objetivo do sistema é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Lalur e na DIPJ, facilitando o cumprimento da obrigação acessória. De forma simplificada, o funcionamento do sistema será o seguinte:

Após baixado pela internet e instalado, o Programa Gerador de Escrituração (PGE) <sup>3</sup> disponibilizará as seguintes funcionalidades:

- a. digitação das adições, exclusões e compensações;
- b. importação:
  - b. 1) de arquivo contendo as adições e exclusões;
  - b. 2) de informações contábeis oriundas da Escrituração Contábil Digital (ECD);
  - b.3) de saldos da parte B do período anterior.
- c. cálculo dos tributos;
- d. verificação de pendências;
- e. assinatura do livro;
- f. transmissão pela Internet;
- g. visualização.

Ao importar os dados da contabilidade, o e-Lalur os converterá para um padrão bastante parecido com o que hoje se informa na DIPJ nas demonstrações contábeis. Para isto, ele utilizará o "Plano de Contas Referencial" informado anteriormente na escrituração contábil digital - ECD.

Feita a conversão, eventuais reclassificações ou redistribuições de saldos serão possíveis. O volume destes ajustes dependerá da precisão da indicação do plano de contas referencial na ECD.

Além das demais premissas do SPED, o e-Lalur tem as seguintes:

- a. rastreabilidade das informações;
- b. coerência aritmética dos saldos da parte B;

A rastreabilidade diz respeito manter registros das movimentações que resultem em alterações de saldos que irão compor as demonstrações contábeis baseadas no plano de contas referencial.

---

<sup>3</sup> <http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/central-de-balancos.htm> Acesso em: 15 ago 2010

A coerência aritmética dos saldos da parte B é a garantia de que eles estarão matematicamente corretos. Para isto, uma das etapas será a conferência com os saldos do período anterior de e-Lalur já transmitido. A cada conferência de saldo, o sistema obterá, também, um extrato (semelhante a um razão) completo de cada conta controlada na parte B.

A partir de tais elementos o PGE fará um "rascunho" da Demonstração do Lucro Real, da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e dos valores apurados para o IRPJ e a CSLL. Caso o contribuinte concorde com os valores apresentados, basta assinar o livro e transmiti-lo pela internet.

É importante ressaltar que o projeto se encontra em elaboração. Participam dos trabalhos, além da Receita Federal do Brasil, o CFC, Fenacon, contribuintes, entidades de classe, enfim, todos os parceiros cuja relação pode ser obtida na página principal do sitio.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> <http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/e-lalur.htm> Acesso em: 15 ago 2010

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

#### 3.1 Identificação do perfil sócio-econômico dos profissionais contábeis pesquisados

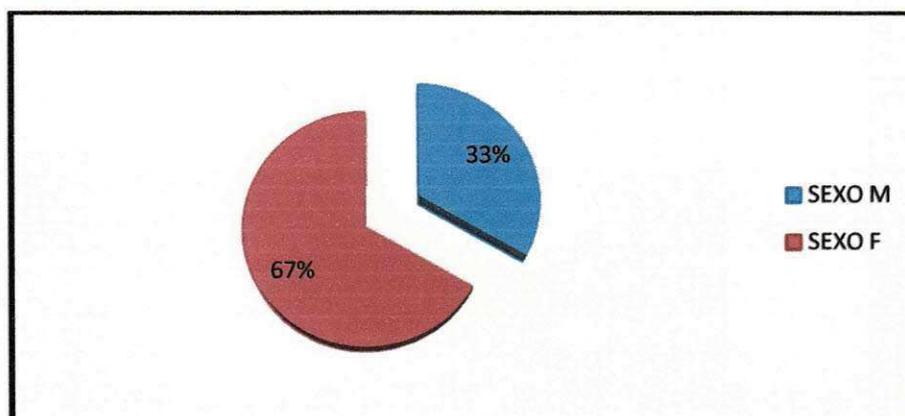
A organização do estudo permite que o pesquisador consiga informações de qual a percepção dos contabilistas diante das novas exigências legais. Nessa primeira parte da pesquisa serão analisados os resultados com relação ao nível socioeconômico dos entrevistados. Na pesquisa foi aplicado um questionário no UNICONTS (União dos Contadores de Sousa-PB) onde se tem uma amostra de 18 (dezoito) contabilistas associados, sendo que apenas 12 (doze), participaram da pesquisa, tendo assim uma amostragem abrangida por este estudo um percentual de 67% dos profissionais contábeis que participam dessa associação.

Verifica se de acordo com a Tabela 1 que a maioria dos escritórios pesquisados possui profissionais do sexo feminino, onde esta representado no Gráfico 1 como 67% do total, sendo 33% do sexo masculino. Nesse resultado, as mulheres têm uma representação maior dentre os profissionais na cidade de Sousa-PB.

**Tabela 1 Gênero**

Gênero	
	QUANTIDADE
MASCULINO	4
FEMININO	8
TOTAL	12

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



**GRÁFICO 1 – Gênero**  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na Tabela 2 tem-se a faixa etária dos contabilistas, observa que a maioria dos respondentes tem idade entre 40 (quarenta) a 45(quarenta e cinco) anos sendo esses 34% do total como mostra a Gráfico 2, considerando que estes são mais experientes por estarem mais tempo no mercado de trabalho.

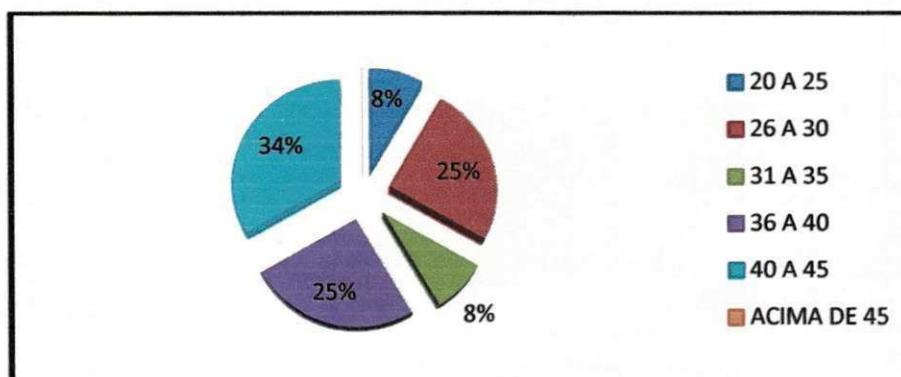
Dentro das alternativas tiveram entrevistados com idade entre 20 (vinte) a 25 (vinte cinco) anos e 26 (vinte e seis) a 30 (trinta) anos que somam 33%, tendo assim profissionais mais jovens, e também tiveram contabilistas com idade entre 36 (trinta e seis) a 40 (quarenta) anos, demonstrando que estão em uma faixa etária média.

Não tivemos respondentes na faixa etária acima de 45 (quarenta e cinco) anos, mostrando que os profissionais estão se renovando e há uma concentração nos profissionais mais jovens.

**Tabela 2** Faixa etária

Faixa etária	
IDADE	QUANTIDADE
20 A 25	1
26 A 30	3
31 A 35	1
36 A 40	3
40 A 45	4
ACIMA DE 45	0
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



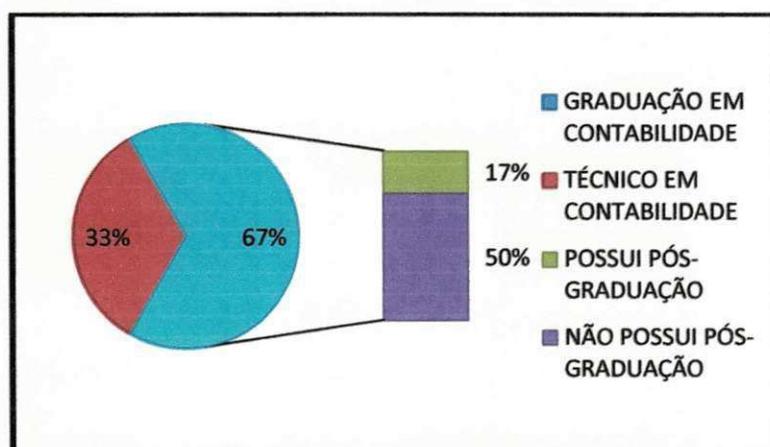
**GRÁFICO 2** – Faixa etária  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Considerando a Tabela 3 onde menciona à formação profissional dos entrevistados, pode-se perceber que a maioria possui graduação em contabilidade 67% do total, desses, 17% possui pós-graduação, fazendo uma análise observa-se que os profissionais estão procurando aprimoramento acadêmico, pois somente 33% dos entrevistados tem apenas o técnico em contabilidade. Isto revela as mudanças que vem ocorrendo na profissão contábil.

**Tabela 3** Formação profissional

Formação profissional	
	QUANTIDADE
<b>GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE</b>	8
POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO	
NÃO POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO	
<b>TÉCNICO EM CONTABILIDADE</b>	4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



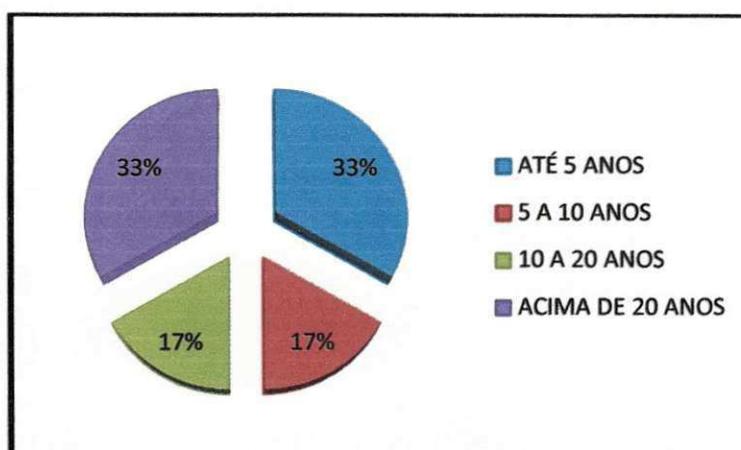
**GRÁFICO 3** – Formação Profissional  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 4 buscou verificar o tempo de atuação do profissional no mercado, e detectou entre os entrevistados que existem profissionais atuando, até 5 (cinco) anos e também acima de 20 (vinte) anos, que totalizam 66% do total. Com isso verifica-se que existem contabilistas que estão há bastante tempo no mercado, e outros que entraram recentemente, que está muito competitivo e exige do profissional conhecimento e competência para execução dos trabalhos.

**Tabela 4** Tempo de atuação profissional

Tempo de atuação profissional	
TEMPO	QUANTIDADE
ATÉ 5 ANOS	4
5 A 10 ANOS	2
10 A 20 ANOS	2
ACIMA DE 20 ANOS	4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

**GRÁFICO 4** – Tempo de Atuação Profissional

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na Tabela 5 procurou-se identificar o nível de satisfação profissional dos entrevistados. Destes, 100% responderam que estão satisfeitos com a profissão contábil. Isso mostra que os profissionais, a medida que procuram aperfeiçoamento através de cursos, especializações, melhorando a qualidade dos serviços tem o retorno positivo dos clientes, explicando assim a satisfação profissional.

**Tabela 5** Nível de satisfação profissional

Nível de satisfação profissional	
	QUANTIDADE
SATISFEITO	12
INSATISFEITO	0
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

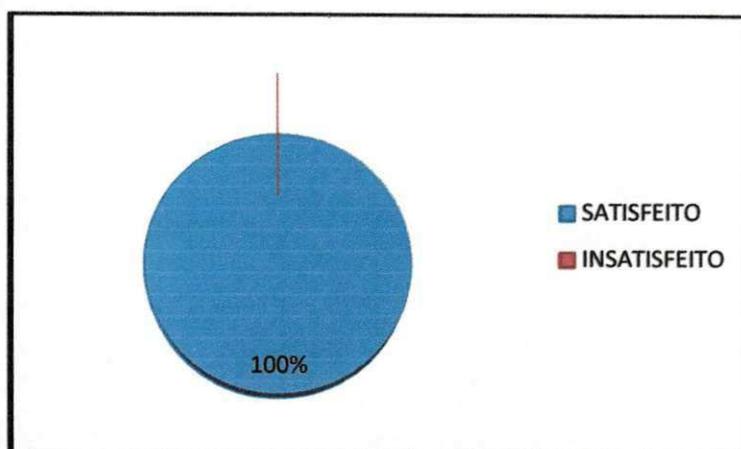


GRÁFICO 5 – Nível de Satisfação Profissional  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

### 3.2 Análises da percepção dos contabilistas da cidade de Sousa- PB perante as novas exigências fiscais.

Nas tabelas seguintes são abordadas assertivas sobre a percepção dos contabilistas frente as novas exigências fiscais. Serão 12 (doze) questões, com 5 (cinco) alternativas, em uma escala de um a cinco sendo 1 discordo totalmente, 2 discordo, 3 nem concordo nem discordo, 4 concordo e 5 concordo totalmente.

Na Tabela 6, afirma-se que houve grandes mudanças com essas novas exigências legais do SPED, na rotina do escritório, observa que 67% dos entrevistados concordam totalmente, e 33% concordam que tenha havido mudança na rotina do escritório. Antes toda a escrituração de uma empresa era feita em papel e ficava arquivada, agora passou a ser tudo de forma eletrônica, substituindo o Livro Diário e o Livro Razão, a nota fiscal, e outras obrigações por arquivos digitais.

**Tabela 6** Mudanças ocorridas com o SPED

Houve grandes mudanças com essas novas exigências legais do SPED, na rotina do escritório.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	4
5 - CONCORDO TOTALMENTE	8
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

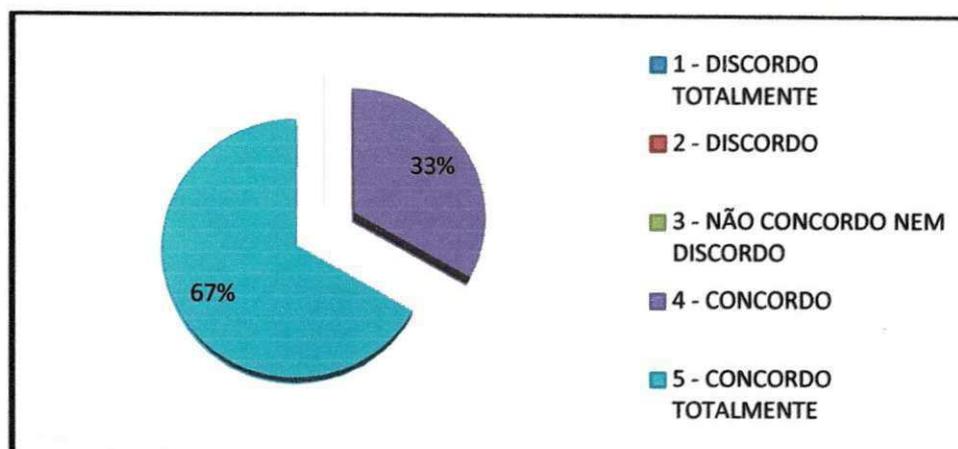


GRÁFICO 6 - Mudanças ocorridas com o SPED.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 7 teve como assertiva que os cursos oferecidos para apresentação do funcionamento do SPED foram relevantes. Observa-se que 67% concordam totalmente e 33% concordam que os cursos foram relevantes, nota-se que houve a preocupação por parte do governo na apresentação do SPED e seus subprojetos facilitando o acesso das informações e o entendimento dos profissionais contábeis.

**Tabela 7** Relevância dos cursos

Os cursos oferecidos para apresentação do funcionamento do SPED foram relevantes.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	4
5 - CONCORDO TOTALMENTE	8
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

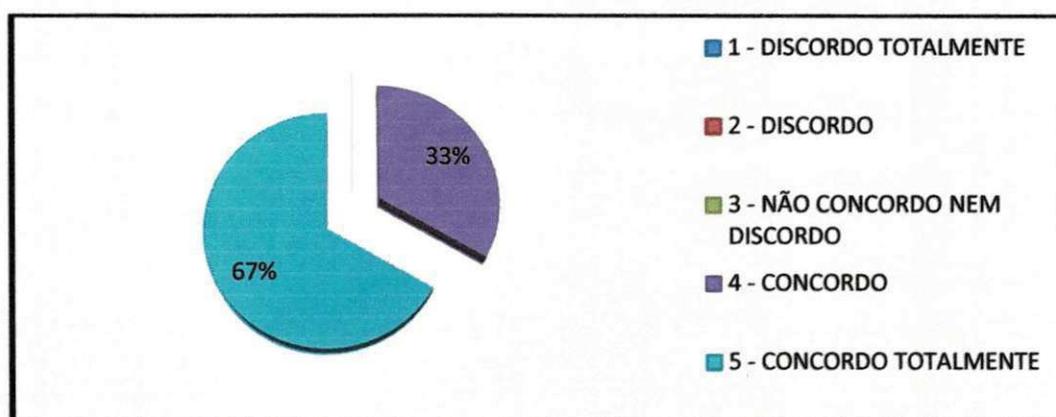


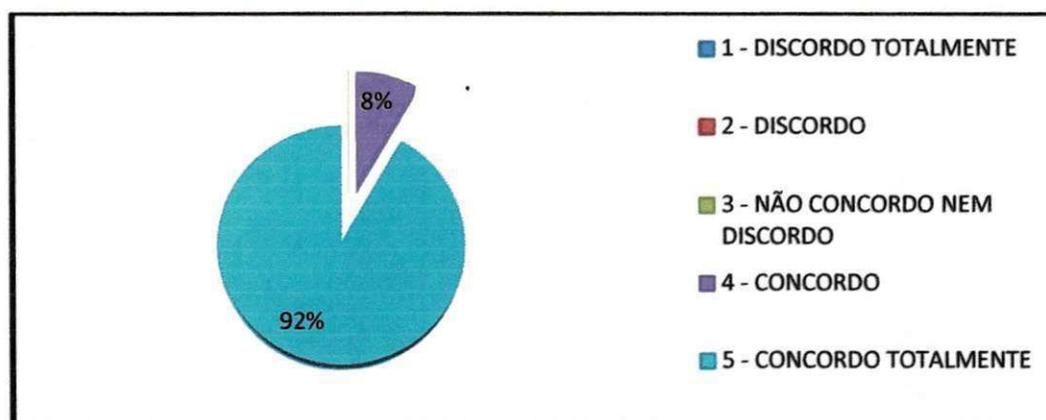
GRÁFICO 7 - Relevância dos cursos.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na Tabela 8 a assertiva é importante procurar sempre capacitações (cursos, palestras) para aprofundar os conhecimentos sobre as novas exigências, 92% dos entrevistados concordaram totalmente, que é de suma importância a procura por novos conhecimentos que venham engrandecer a execução do trabalho contábil.

**Tabela 8** Importância das capacitações  
É importante procurar sempre capacitações (cursos, palestras) para aprofundar os conhecimentos sobre essas novas exigências.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	1
5 - CONCORDO TOTALMENTE	11
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



**GRÁFICO 8** - Importância das capacitações.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

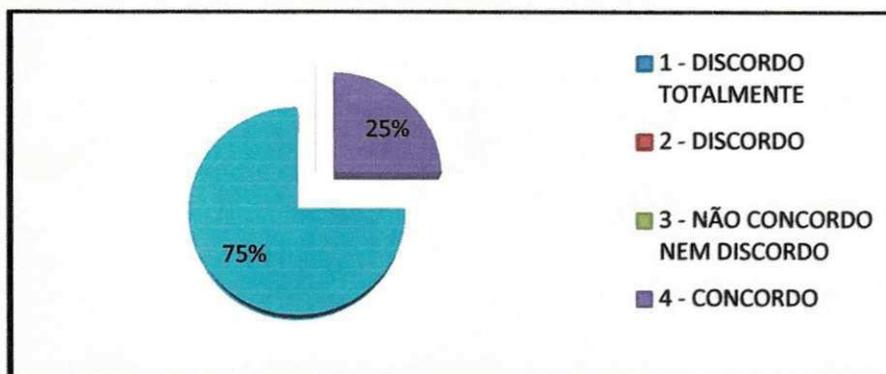
Na Tabela 9, ao participar de cursos, o conhecimento adquirido é importante compartilhar com seus colaboradores, 75% concordaram totalmente e 25% concordaram, os colaboradores precisam também do conhecimento que foi adquirido para poder executar o trabalho com eficiência e eficácia.

**Tabela 9** Compartilhamento de Informações

Ao participar de cursos, o conhecimento adquirido é importante compartilhar com seus colaboradores.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	3
5 - CONCORDO TOTALMENTE	9
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

**GRÁFICO 9** - Compartilhamento de Informações.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na Tabela 10 que fala na importância de incentivar os colaboradores para participar de cursos 58% concordaram e 42% concordaram totalmente, pois para os contabilistas aperfeiçoar seus conhecimentos. Os colaboradores também precisam estar atualizados com esses conhecimentos para executar com mais segurança os trabalhos desenvolvidos nos escritórios.

**Tabela 10** Incentivo na participação de cursos

É importante incentivar os colaboradores para participar de cursos.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	7
5 - CONCORDO TOTALMENTE	5
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

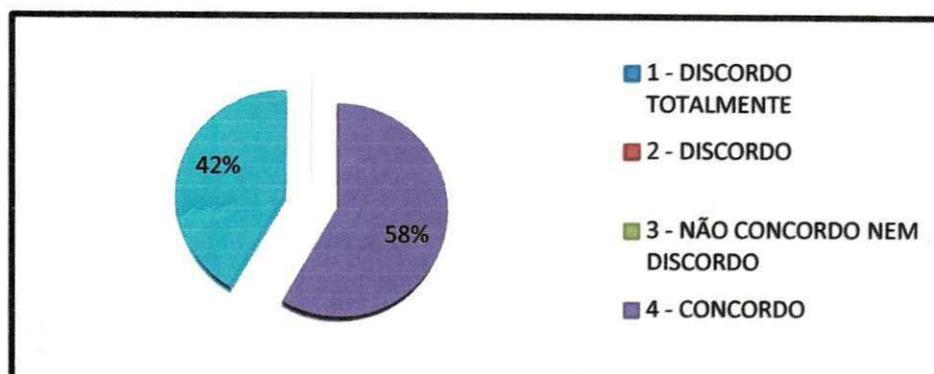


GRÁFICO 10 - Incentivo na participação de cursos.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na Tabela 11 onde a assertiva aborda-se, existe vantagem para as empresas utilizar o SPED e seus subprojetos, 42% dos entrevistados concordaram totalmente, 33% concordaram e 25% não concordaram nem discordaram. Percebe-se que mesmo com toda a divulgação com curso, palestras e outros meios de informação (internet, televisão), para apresentação do SPED, ainda há muito do SPED para conhecer.

**Tabela 11** Vantagem na utilização do SPED

Existe vantagem para as empresas utilizar o SPED e seus sub-projetos.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	3
4 - CONCORDO	4
5 - CONCORDO TOTALMENTE	5
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

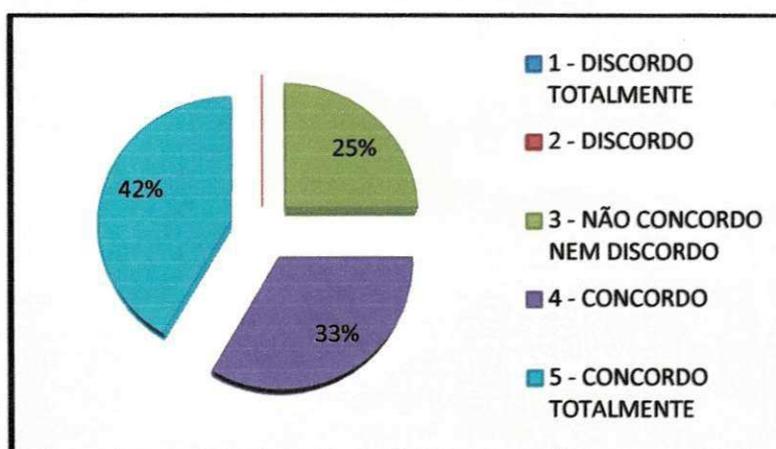


GRÁFICO 11 - Vantagem na utilização do SPED.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 12, o SPED é só mais um meio do governo controlar arrecadação de impostos, como pode ser visto 50% concordaram, 34 % concordaram totalmente, e 16% discordaram, novamente encontra-se algumas divergências nas respostas, mostrando cada vez mais conhecer sobre o funcionamento do SPED.

Mas observando os objetivos da implantação desse projeto tem-se que a medida que houver integração dos fiscos, a uniformização das obrigações para transmissão única, e ficar mais rápida a identificação de atos ilícitos, por conseguinte o governo estará controlando a arrecadação de impostos.

**Tabela 12** Controle da arrecadação de impostos

O SPED é só mais um meio do governo controlar arrecadação de impostos.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	1
2 - DISCORDO	1
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	6
5 - CONCORDO TOTALMENTE	4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

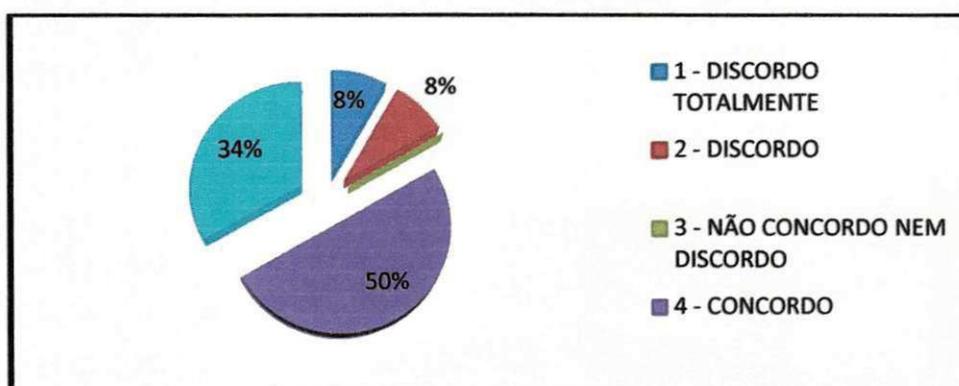


GRÁFICO 12 - Controle da arrecadação de impostos.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

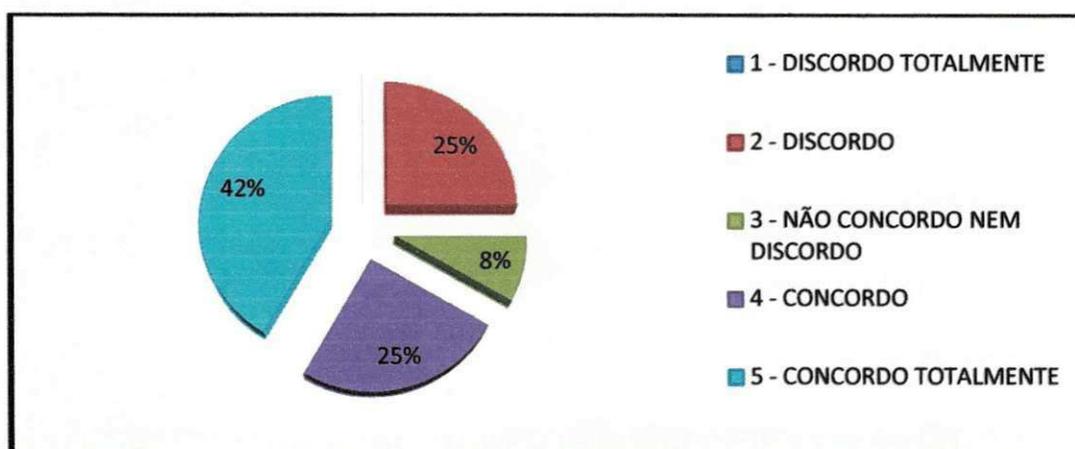
Na Tabela 13, mesmo com todo o controle que existe no SPED ainda há possibilidades de sonegação e fraudes por partes das empresas, 42% concordaram totalmente, 25% concordaram, 25% discordaram e 8% não concordaram nem discordaram, as opiniões estão divergentes, mas percebe-se que o governo está aperfeiçoando os processos de fiscalização com novas tecnologias, com o objetivo de reduzir a sonegação fiscal, e o SPED é uma dessas ferramentas.

**Tabela 13** Possibilidade de sonegação e fraude

Mesmo com todo o controle que existe no SPED ainda há possibilidade de sonegação e fraudes por parte das empresas.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	3
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	1
4 - CONCORDO	3
5 - CONCORDO TOTALMENTE	5
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



**GRÁFICO 13** - Possibilidade de sonegação e fraude.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 14 o SPED deveria abranger todas as empresas, incluindo as ME e EPP, 50% concordaram, 33% concordaram, 17% discordaram, seria uma grande mudança para essas empresas adotarem o SPED, havendo um risco maior se estas empresas não modificarem suas condutas, principalmente aumentará o trabalho para os escritórios de contabilidade.

**Tabela 14** Abrangência do SPED

O SPED deveria abranger todas as empresas, incluindo as ME e EPP.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	2
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	4
5 - CONCORDO TOTALMENTE	6
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

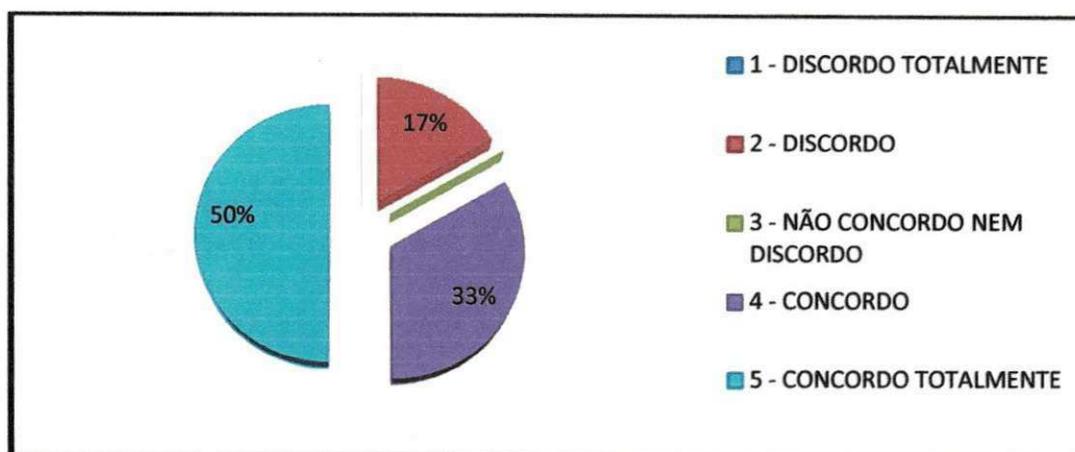


GRÁFICO 14 - Abrangência do SPED.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 15, em relação as obrigações acessórias mensais houve aumento de trabalho, 58% concordaram totalmente, 34% concordaram, 8% discordaram, houve mudanças dos procedimentos de escrituração, eliminando rotinas básicas exigindo qualificação técnica e conhecimentos em informática.

**TABELA 15** Aumento das obrigações acessórias

Em relação as obrigações acessórias mensais houve aumento de trabalho.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	1
4 - CONCORDO	4
5 - CONCORDO TOTALMENTE	7
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

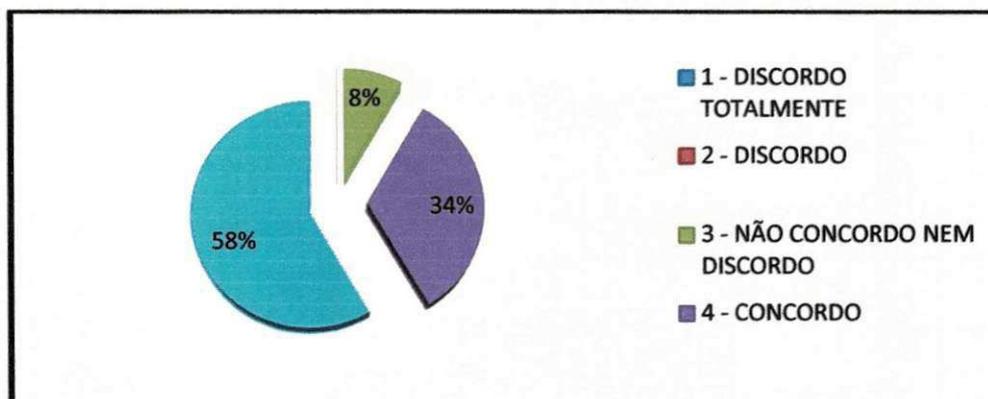


GRÁFICO 15 - Aumento das obrigações acessórias.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

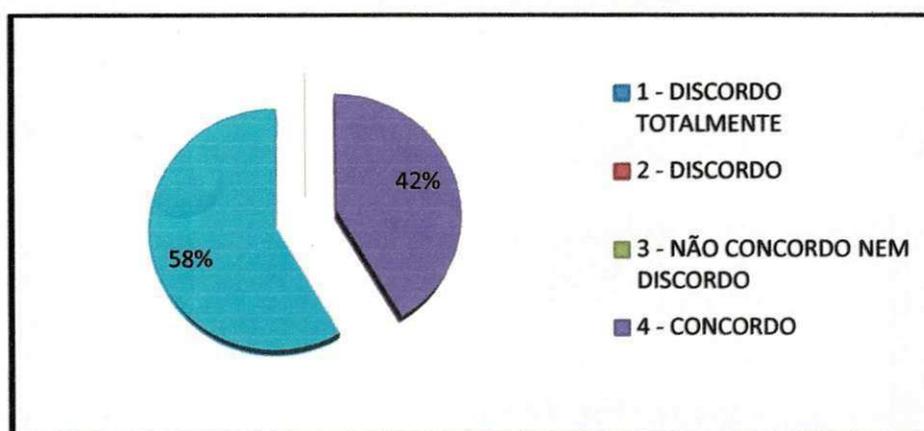
Na Tabela 16 é importante que os colaboradores constantemente consultem sites, livros, e a legislação pra se atualizarem nas novas exigências legais 58% concordaram totalmente, 42 % concordaram. Os colaboradores também precisam dos novos conhecimentos para que possam dentro da sua função, auxiliar os contadores nessa nova era digital que a contabilidade está vivenciando.

**TABELA 16** Atualização constante

É importante que os colaboradores constantemente consultem sites, livros, e a legislação pra se atualizarem nas novas exigências legais.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	5
5 - CONCORDO TOTALMENTE	7
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.



**GRÁFICO 16** - Atualização constante.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A Tabela 17 os colaboradores se interessam pela busca de novos conhecimentos 83% concordaram totalmente 17% concordaram, com isso percebe-se que existe motivação dentro dos escritórios que fazem os colaboradores buscar sempre atualizações, o que facilita o cumprimento das obrigações pertinentes aos trabalhos desenvolvidos.

TABELA 17 Busca por conhecimentos

Os colaboradores se interessam pela busca de novos conhecimentos.

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS
1 - DISCORDO TOTALMENTE	0
2 - DISCORDO	0
3 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	0
4 - CONCORDO	2
5 - CONCORDO TOTALMENTE	10
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

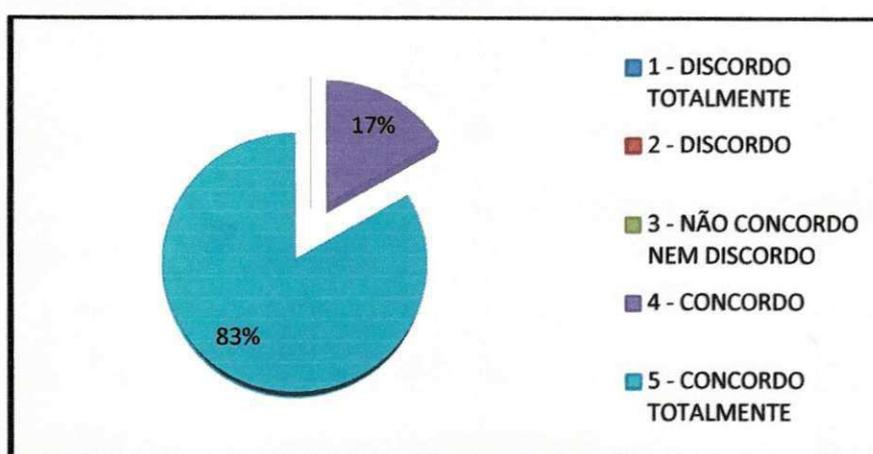


GRÁFICO 17 - Busca por conhecimentos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Na análise feita de acordo com a temática, a opinião dos contabilistas dentro das 12 afirmativas, temos que 58%, a maioria, concordaram com as assertivas alocadas sobre a percepção dos contabilistas perante as novas exigências fiscais. No restante 42% houve divergências nas respostas, onde as afirmativas eram voltadas a saber o conhecimento dos contadores em relação ao SPED.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo feito no UNICONTS (União dos Contadores de Sousa-PB) onde se tem 18 (dezoito) contabilistas associados, sendo que apenas 12 (doze), participaram da pesquisa, verifica-se que os profissionais procuram estar atualizados buscando novos conhecimentos, dentro desse contexto através de uma análise quantitativa dos resultados encontrados tem-se as seguintes conclusões.

No desenvolvimento do estudo nota-se que existe vantagem na utilização do SPED, por se tratar de um recurso tecnológico substituindo livros e documentos contábeis por arquivos digitais, mas também há desvantagens pois aumentará o custo de implantação do sistema, com treinamento, e a complexidade para operacionalizar.

Ao aplicar o questionário com os contabilistas, observa-se o perfil dos respondentes, conclui-se que a maioria são profissionais do sexo feminino 67%, com idade entre 40 (quarenta) a 45 (quarenta e cinco) anos sendo esses 34%, e 26 (vinte e seis) a 30 (trinta) anos com 25% e 36 (trinta e seis) a 40 (quarenta) anos 25% que atuam no mercado

De acordo com os dados observados, 67% dos entrevistados possui graduação em contabilidade mostrando que os contadores estão buscando aprimoramento intelectual, nota-se também que 33% atuam no mercado até 5 anos e outros 33% acima de 20 anos, constatando quem existem profissionais já experientes na área, como também os que estão entrando agora no mercado.

Nas questões que foram abordadas sobre a temática tem-se que os contabilistas procuram sempre atualizar os conhecimentos através de cursos, como também fazer pesquisas constantes a fim de buscar informações que possam contribuir para o desenvolvimentos dos trabalhos no escritório.

Já a assertiva que aborda sobre o SPED existe muitas divergências nas respostas, mostrando que é um novo sistema, e precisa ser estudado detalhadamente, pois ainda há duvidas entre os contabilistas.

Assim sendo observa-se que os contabilistas estão buscando capacitações, novos conhecimentos para se adequar a nova era digital dentro da contabilidade, mas por outro lado existem ainda muitas imprecisões em relação às novas exigências, relacionadas a essas mudanças fiscais trazidas com o SPED e os seus subprojetos.

## 5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**, 1ª ed. São Paulo: IOB, 2009.

BORGES, Viviane Apda Almeida de Souza; MIRANDA, Carla Cristina Ferreira de. **A contabilidade na era digital**. In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2004, São Paulo. Anais Eletrônicos ... São Paulo: UNIVAP, 2009. Disponível em: <  
[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/0243\\_0799\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0243_0799_01.pdf)>  
Acesso em: 03 mar. 2010

Brasil. Ajuste SINIEF nº 09 de 25 de outubro de 2007: Dispõe sobre **Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico**

Brasil. Convenio ICMS 123 de 23 de outubro de 2007: Dispõe sobre **Altera o Convênio ICMS 143/06, que instituiu a Escrituração Fiscal Digital - EFD**.

Brasil. Convenio ICMS 143 15 de dezembro de 2006: Dispõe sobre **Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD**.

Brasil. Decreto Lei 9.295 de 27 de maio de 1946: **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências**

Brasil. Decreto Lei nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007: **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped**.

Brasil. Instrução Normativa 787 de 19 de novembro de 2007: **Institui a Escrituração Contábil Digital**.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. ISBN: 978-85-63006-00-4

HENDRIKSEN, Edson S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**, Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAUDON, Kenneth C. ; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais**. Tradução: Thelma Guimarães; revista Técnica Belmiro N. João. 7ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MOURA, Iraildo José Lopes de; SILVA, Marcus Vinícius Peixoto. **Perspectiva da Profissão Contábil no Brasil**. Disponível em:  
<[www.classecontabil.com.br/trabalhos/perspectivas.doc](http://www.classecontabil.com.br/trabalhos/perspectivas.doc)> Acesso em: 03 mar. 2010

NÓBREGA, Ediomare Rodrinunes. **Marketing Profissional do Contador**. Temas Contábeis Empresariais e Públicos/ Coordenador Paulo Gildo de Oliveira Lima. ... [et al] . João Pessoa, Gráfica Persona, 2001.

NUNES, Daniele Sedrin; FREITAS, Luciana Queiroz de. **A importância da informação contábil de acordo com os parâmetros éticos**. Pará, 2004, Disponível em: <  
[http://www.peritocontador.com.br/artigos/a\\_importancia\\_da\\_informacao\\_contabil.pdf](http://www.peritocontador.com.br/artigos/a_importancia_da_informacao_contabil.pdf)  
> Acesso em: 03 mar. 2010

PASA, Eduardo Cesar. **O Uso de Documentos Eletrônicos na Contabilidade**. Revista de Contabilidade & Finanças FIECAFI – FEA – USP v. 14 n. 25 p. 72 – 83. janeiro/abril 2001. São Paulo. Disponível em <  
[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad25/Revista\\_25\\_parte\\_5.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad25/Revista_25_parte_5.pdf) >  
Acesso em: 22 abr. 2010

PRATES, Gláucia Aparecida. **Tecnologia da Informação em Pequenas Empresas - Analisando Empresas do Interior Paulista**. São Paulo, 2002. Administração Online ISSN 1517-7912 v. 3 n. 4 outubro/ novembro/ dezembro. Disponível em <  
[http://www.fecap.br/adm\\_online/art34/prates.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art34/prates.htm)> Acesso em: 22 abr. 2010

SILVA, Almir Nóbrega da; CORREIA, Marta V. de S.; ZUNIGA, Victoria P. A **Relevância de Sistema de Informações Contábeis para o Sistema de Informações Gerenciais**. A contabilidade em ação: rumo a produção científica

Organizadores Adilis de Oliveira Rocha e Brunno Sítonio Fialho de Oliveira. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2ª ed, São Paulo: Atlas, 2006.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALLOTI, Bruno Meireles, **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**, São Paulo: Atlas, 2006

YOUNG Lúcia Helena Briski. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**, São Paulo, Juruá, 2009.

**APÊNDICES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS FRENTE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS LEGAIS: UMA  
EVIDENCIAÇÃO EMPÍRICA NA CIDADE DE SOUSA-PB**

O presente questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo desenvolvido pela discente Nádia Santana Felinto do Curso de Ciências Contábeis da UFCG – Campus Sousa. Este estudo tem como objetivo verificar os serviços contábeis frente as novas exigências legais: um estudo junto aos contadores da cidade de Sousa-PB. Agradecemos sua participação nesse estudo e colaboração para o desenvolvimento da pesquisa na área contábil.

Aluna: Nádia Santana Felinto  
Orientador: MS. Harlan de Azevedo Herculano

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ENTREVISTADO:**

1- Sexo:       ( ) Feminino                               ( ) Masculino

2- Idade:

( ) 20 a 25 ( ) 26 a 30 ( ) 31 a 35 ( ) 36 a 40 ( ) 40 a 45  
( ) acima de 45 anos

3- Formação Profissional:

( ) Técnico em Contabilidade                       ( ) Graduação em Contabilidade

Se possuir curso de Pós-Graduação especifique a área:

4- Tempo de atuação profissional no mercado:

( ) até 5 anos  
( ) 5 a 10 anos  
( ) 10 a 20 anos  
( ) acima de 20 anos

5- Classifique o seu nível de satisfação com a profissão contábil:

( ) Satisfeito                       ( ) Insatisfeito

Se marcar Insatisfeito especifique o motivo de insatisfação: \_\_\_\_\_

6- Abaixo consta uma série de assertivas/questionamentos que tentam verificar a percepção dos contabilistas da cidade de Sousa-PB perante as novas exigências fiscais. Você deverá

marcar o grau de discordância/concordância (numa escala de 1 a 5) de cada assertiva/questionamento, onde:

1 discordo totalmente;

2 discordo;

3 não concordo nem discordo;

4 concordo;

5 concordo totalmente.

Assertivas/questionários	Grau de discordância/concordância				
	01	02	03	04	05
1. Houve grandes mudanças com essas novas exigências legais do SPED, na rotina do escritório.					
2. Os cursos oferecidos para apresentação do funcionamento do SPED foram relevantes.					
3. É importante procurar sempre capacitações (cursos, palestras) para aprofundar os conhecimentos sobre essas novas exigências.					
4. Ao participar de cursos, o conhecimento adquirido é importante compartilhar com seus colaboradores.					
5. É importante incentivar os colaboradores para participar de cursos.					
6. Existe vantagem para as empresas utilizar o SPED e seus sub-projetos.					
7. O SPED é só mais um meio do governo controlar arrecadação de impostos.					
8. Mesmo com todo o controle que existe no SPED ainda há possibilidade de sonegação e fraudes por parte das empresas.					
9. O SPED deveria abranger todas as empresas, incluindo as ME e EPP.					
10. Em relação as obrigações acessórias mensais houve aumento de trabalho.					
11. É importante que os colaboradores constantemente consultem sites, livros, e a legislação pra se atualizarem nas novas exigências legais.					
12. Os colaboradores se interessam pela busca de novos conhecimentos.					